

Para economistas PIB pode crescer apenas 2,5% em 81

Se for mantida a atual política econômica, baseada na fixação de uma meta rígida de expansão dos meios de pagamentos (50 por cento até o fim do ano), o crescimento industrial, este ano, poderá ficar próximo de zero e o Produto Interno Bruto (PIB) em torno de 2,5 por cento, caso se confirme a previsão de crescimento de oito por cento na agricultura. A crise de desemprego, portanto, se tornará aguda no segundo semestre.

A conclusão é dos economistas do curso de pós-graduação da PUC, Francisco Lopes e André Lara Rezende, que, com maior ou menor ênfase caracterizam o segundo semestre de 1981 como um período em que o País assistirá a uma das "maiores recessões da sua história".

Francisco Lopes compara a situação econômica do País, no quadro de uma forte desativação da indústria, com a situação que caracterizou os anos 1963, 1964 e 1965, quando a taxa de crescimento do PIB registrou, respectivamente, crescimento de 1,5 por cento, três por cento e 2,5 por cento.

— Só houve situação parecida de 1964 para cá — comentou Francisco Lopes — em 1965, quando a atividade industrial, no País, registrou desempenho negativo, ou em 1967, quando a indústria cresceu apenas três por cento.

CRISE DE DESEMPREGO

Segundo ele, um crescimento industrial próximo a zero teria "implicações seríssimas sobre o já complexo problema de desemprego."

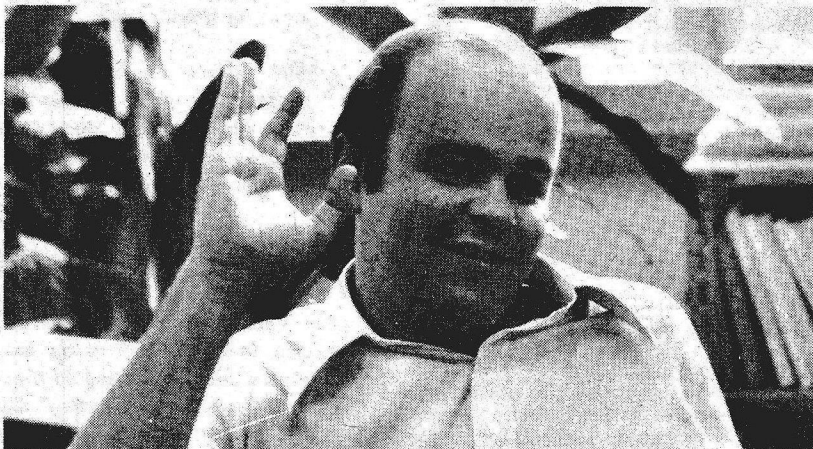
Na opinião de Francisco Lopes e André Lara Rezende, o resultado da atual política econômica no plano inflacionário será inexpressivo, já que a inflação deverá ficar, até o fim do ano, entre 100 e 110 por cento. "Há experiências históricas no País — afirmam — que demonstram que a recessão não resolve o problema inflacionário."

— Tais conclusões — frisa Francisco Lopes — estão baseadas na ideia de que a inflação não vai cair abaixo de 100 por cento, numa expansão dos meios de pagamentos (dinheiro em poder do público e depósitos à vista nos bancos comerciais) de 50 por cento, no controle dos gastos governamentais e na política de controle do crédito. Isso significa que a liquidez real (quantidade de moeda existente descontada a inflação do período) sofrerá uma queda de 25 por cento, no final do ano, criando uma situação insustentável para a atividade econômica.

Para o economista André Lara Rezende, as projeções para o final do ano indicam resultados ainda mais negativos, sendo previsível um desempenho negativo na indústria mesmo que a expansão dos meios de pagamentos ultrapasse a meta fixada pelo Governo — 50 por cento até dezembro.

Lara Rezende acredita que a expansão da moeda deverá ser da ordem de 85 a 90 por cento, mas ocorrerá no contexto de um controle rígido sobre o crédito (limite de 50 por cento para expansão dos empréstimos). Segundo ele, isso significará que o provável estouro do orçamento monetário não promoverá o reaquisição da atividade industrial, já que a maior preocupação do Governo é evitar que o afrouxamento do controle sobre o crédito possa excitar a demanda de bens, pressionando as importações e o balanço de pagamentos.

Para o economista, nas condições atuais e prevendo um estouro nas metas previstas para expansão dos meios de pa-



Francisco Lopes prevê super-recessão se política não for mudada.

gamento, a inflação permaneceria em torno de 105 por cento e o déficit comercial do País — em dezembro — entre US\$ 500 milhões e US\$ 1 bilhão.

A GRANDE DÚVIDA

Francisco Lopes admite que no caso de uma expansão monetária de 90 por cento e desde que a restrição ao crédito fosse flexibilizada, poderia ocorrer um crescimento industrial em torno de quatro por cento, este ano.

Na sua opinião, a grande dúvida que se coloca no momento é a seguinte: — Será possível manter rígida a execução do orçamento monetário com a indústria apresentando taxas de crescimento declinantes, com uma aguda crise de desemprego no segundo semestre e com a inflação crescendo a uma taxa média de seis por cento ao mês?

De janeiro deste ano para cá a taxa de crescimento anual (projetada mês a mês) da indústria, declinou de sete por cento para quatro e cinco por cento. A taxa de crescimento global da indústria, segundo a revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas, no primeiro trimestre deste ano, em confronto com a de igual período do ano anterior, foi negativa, chegando a menos 0,3 por cento.

EFEITOS POSITIVOS

Francisco Lopes acha que a atual política-econômica terá efeitos positivos, caso se mantenham as estimativas do orçamento monetário, sobre o balanço de pagamentos, com provável superávit comercial, no fim do ano.

— Do ponto de vista do balanço de pagamentos e da credibilidade externa do País, a política econômica está bem desenhada — comenta Francisco Lopes. Mas no que diz respeito à estratégia antiinflacionária ela está baseada numa concepção de processo inflacionário que não parece funcionar no Brasil. Ou seja, a concepção de que a taxa de inflação responde rapidamente à redução da oferta monetária.

Enquanto Francisco Lopes admite que, nas atuais condições de política econômica, o balanço comercial tem boas chances de fechar em dezembro equilibrado ou com pequeno superávit, Lara Rezende estima que o déficit — inevitável — deverá ficar entre US\$ 500 milhões e US\$ 1 bilhão.

O otimismo de Francisco Lopes está baseado na possibilidade de um melhor desempenho nas vendas externas de produtos industrializados, o que poderia sustentar, em condições de crédito mais flexíveis, um crescimento industrial da ordem de quatro por cento.

Já o segundo considera que são limita-

das as possibilidades de que o Governo venha a ser mais flexível na política de crédito. Ainda assim, as autoridades tentarão compensar a retração do mercado interno com as exportações, mas isto não chegará a sustentar uma taxa de crescimento industrial de quatro por cento.

Segundo Lara Rezende, o bom desempenho das exportações brasileiras no primeiro trimestre se deveu fundamentalmente aos produtos primários, enquanto os produtos industriais não apresentaram o mesmo comportamento do ano passado. A situação, no entanto, se inverteu e a partir do primeiro trimestre os preços dos produtos primários, principalmente dos agrícolas, passaram a declinar no mercado internacional. Ele acredita, inclusive, que o restabelecimento do crédito prêmio do IPI para os manufaturados teve relação direta com o fraco desempenho observado no primeiro trimestre.

JUROS SOBEM

André Lara Rezende acredita que não haverá melhoria expressiva no balanço de pagamentos, já que o bom desempenho das exportações — reduzindo o déficit comercial deste ano — não compensará o efeito negativo provocado pela elevação da taxa de juros média, que incide sobre a dívida externa brasileira, que passou de 15 por cento ao ano para mais que 17 por cento ao ano, representando um acréscimo mínimo de US\$ 900 milhões.

— Os juros este ano estão desastrosamente altos — comentou o economista — e não há perspectiva de que esse quadro se altere, já que a política monetária americana está permitindo a livre flutuação das taxas de juros internas.

Na opinião de Lara Rezende, a adoção de uma política monetária mais rígida pelo Governo, este ano, está diretamente relacionada aos problemas agudos do balanço de pagamentos brasileiros, "a principal preocupação das autoridades no momento".

— A política monetária — ironizou —, no País, só funciona realmente quando as reservas cambiais caem.

O economista acha que o Governo, após os erros cometidos em 1979 e 1980, restringiu suas opções de política econômica, ficando praticamente condicionado a uma severa política de estabilização.

— A mudança imprevista no ritmo de crescimento econômico — finalizou — é o que provoca a quebra das empresas. O empresário que estava prevendo um crescimento industrial de oito por cento, de um momento para outro, é forçado a alterar todo o planejamento, ajustando-o a uma taxa de quatro por cento ou menos.